

José Geraldo Brito Filomeno

# Curso Fundamental de Direito do Consumidor

3ª Edição

© 2006 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2007; 2. ed. 2008; 3. ed. 2014

Capa: Zenario A. de Oliveira

Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Filomeno, José Geraldo Brito

Curso fundamental de direito do consumidor / José Geraldo Brito

Filomeno, – 3. ed. – São Paulo : Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9064-6

ISBN 978-85-224-9065-3 (PDF)

1. Consumidores – Leis e legislação – Brasil 2. Consumidores –  
Proteção – Brasil I. Título.

06-9428

CDU-34:381.6(07)

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Consumidores: Direitos: Estudo e ensino 34:381.6(07)  
2. Direito do consumidor: Estudo e ensino 34:381.6(07)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total  
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos  
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

1007385



Editora Atlas S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384

Campos Elísios

01203 904 São Paulo SP

011 3357 9144

atlas.com.br

# Sumário

---

*Nota do Autor à 3ª Edição, xvii*

*Nota do autor, xix*

## **1 Noções gerais, 1**

- 1.1 Introdução à matéria: defesa e proteção ao consumidor, 1
- 1.2 Breve histórico do “movimento consumerista”, 4
- 1.3 Preocupação supraestatal: a ONU e os mercados globais (limites e soberania), 8
- 1.4 Tratamento constitucional da matéria, 13
- 1.5 O Código de Defesa do Consumidor: fontes e princípios inspiradores, 16

## **2 Conceitos, 25**

- 2.1 Consumidor: suas diversas acepções, 25
- 2.2 Fornecedor, 33
- 2.3 Objetos dos interesses: produtos e serviços, 33
  - 2.3.1 Produtos, 33
  - 2.3.2 Serviços, 35

## **3 Direitos do consumidor e instrumentos de defesa, 38**

- 3.1 Direitos básicos, 38
- 3.2 Livre concorrência e consumidor, 42
- 3.3 Qualidade, produtividade, competitividade e consumidor, 45
- 3.4 Tutelas preconizadas: âmbitos administrativo, civil e penal, 47
- 3.5 Instrumentos de proteção e defesa: atividades “institucionalizadas” (órgãos e entidades públicas) e “não institucionalizadas” (empresas), 48

**4 O Ministério Público e a defesa do consumidor, 52**

- 4.1 Fundamento legal, 52
- 4.2 Promotorias de proteção ao consumidor em São Paulo: breve histórico, estrutura e evolução, 54
  - 4.2.1 Breve histórico, 54
  - 4.2.2 Estrutura e centro de apoio operacional, 56
- 4.3 Ministério Público e *ombudsman* do consumidor, 57
- 4.4 Posicionamento da instituição no contexto do código: atribuições e limites, 60
- 4.5 O inquérito civil como peça informativa e como meio conciliatório de conflitos coletivos, 62

**5 Tutela administrativa do consumidor, 65**

- 5.1 O contexto de atos administrativos envolvendo a defesa do consumidor, 65
- 5.2 Poderes inerentes aos atos administrativos (discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade), 65
- 5.3 O poder de polícia administrativo e sua abrangência, 66
- 5.4 Exemplos práticos: programas de fiscalização, monitoramento, fiscalização pré e pós-registro, 68
- 5.5 Regulamentação do Código de Defesa do Consumidor: poder de polícia dos órgãos de defesa do consumidor e o Decreto nº 2.181/97, 68
  - 5.5.1 Poder de polícia e os órgãos de defesa do consumidor, 68
  - 5.5.2 O Decreto nº 2.181/97, 69
- 5.6 A tutela administrativa da publicidade, 75

**6 Tutela penal do consumidor, 78**

- 6.1 Dos crimes de conteúdo econômico em geral, 78
  - 6.1.1 Crime de apropriação indébita, 79
  - 6.1.2 Estelionato, 79
  - 6.1.3 Fraude no comércio, 79
  - 6.1.4 Defraudação na entrega de coisa (inciso IV, § 2º, art. 171 do Código Penal), 80
- 6.2 Crimes contra a saúde pública, 80
  - 6.2.1 O art. 268, 80
  - 6.2.2 Arts. 272 e 273 do Código Penal, 81
  - 6.2.3 Art. 274, 82
  - 6.2.4 Art. 275, 83
  - 6.2.5 Art. 276, 83
  - 6.2.6 Art. 277, 83
  - 6.2.7 Art. 278, 83
- 6.3 Delitos contra a ordem econômica e relações de consumo (Lei nº 8.137/90), contra a economia popular, nas incorporações imobiliárias, em locações, loteamentos etc., 85
  - 6.3.1 Lei de crimes contra a ordem econômica e relações de consumo, 85

- 6.3.2 Crimes contra a economia popular, 92
- 6.3.3 Delitos na “Lei de Incorporações de Imóveis” (Lei nº 4.591/64), 93
- 6.3.4 Contrações da “Lei de Locações” (Lei nº 8.245, de 18-10-1991), 95
- 6.3.5 Delitos na “Lei de Loteamentos” (Lei nº 6.766/79), 95
- 6.3.6 Crimes do “colarinho branco” (Lei nº 7.492, de 16-6-1986), 97
- 6.4 Crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor: critérios para sua criação, 98
- 6.5 Tipos criados pelo Código de Defesa do Consumidor, 101
  - 6.5.1 Colocação no mercado de produtos e serviços impróprios (art. 62 – vetado), 101
  - 6.5.2 Omissão de dizeres ou sinais ostensivos (art. 63), 101
  - 6.5.3 Omissão na comunicação às autoridades competentes (art. 64), 103
  - 6.5.4 Execução de serviços perigosos (art. 65), 105
- 6.6 Dos abusos na publicidade (arts. 66 a 69), 107
  - 6.6.1 Art. 66, 109
  - 6.6.2 Art. 67, 113
  - 6.6.3 Art. 68, 116
  - 6.6.4 Art. 69, 118
  - 6.6.5 Art. 70, 119
  - 6.6.6 Art. 71, 121
  - 6.6.7 Art. 72, 123
  - 6.6.8 Art. 73, 125
  - 6.6.9 Art. 74, 128
  - 6.6.10 Art. 75, 130
  - 6.6.11 Art. 76, 131
  - 6.6.12 Art. 77, 133
  - 6.6.13 Art. 78, 134
  - 6.6.14 Art. 79, 137
  - 6.6.15 Art. 80, 138
  - 6.6.16 Procedimento em face da Lei nº 9.099/95, 140
  - 6.6.17 Conclusões, 144
- 7 Tutela civil do consumidor, 146**
  - 7.1 Tutela civil individual, 146
  - 7.2 Tutela civil material, 148
    - 7.2.1 Responsabilidade civil, 148
    - 7.2.2 Vícios e defeitos, 153
    - 7.2.3 Oferta e publicidade, 155
    - 7.2.4 Prescrição e decadência, 163
    - 7.2.5 Proteção contratual do consumidor (condições gerais dos contratos, mecanismos de salvaguardas, interpretação e execução), 174

**7.3 Tutela civil processual, 191**

7.3.1 Desconsideração da personalidade jurídica, 191

7.3.2 Legitimação coletiva (interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de origem comum), 194

7.3.3 Tipos de ações, 197

7.3.4 Tutela antecipada, 199

7.3.5 Efeitos da coisa julgada nas ações coletivas, 200

7.3.6 Sucumbência, 203

7.4 Ações coletivas em outros países, 204

7.5 Casos práticos de ações coletivas consumeristas, 205

7.6 Temas sugeridos para dissertações e seminários, 209

**8 Apêndice, 212**

8.1 Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), 212

8.2 Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997 (Regulamento do Código de Defesa do Consumidor), 241

*Referências, 261**Índice remissivo, 263*